

## XI REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XI RAE

### 1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
03/06/2020	9h30	14h30	Videoconferência

### 2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais/ Indicadores Justiça em Números
04	Execução Orçamentária
05	Indicadores Estratégicos TJBA
06	Desdobramento/ Orçamento dos novos Macrodesafios
07	Semana de Sentenças e Baixas
08	Status dos projetos estratégicos
09	Ações de Retomada Covid 19 -propostas encaminhadas
10	O que ocorrer
11	Agendamento XII RAE
12	Encerramento

### 3. Participantes

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	<b>Des. LOURIVAL de Almeida TRINDADE</b>	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	<b>Des. Carlos Roberto Santos Araújo</b>	1º Vice-Presidência	
03	<b>Des. Augusto de Lima Bispo (Representado por Dr. Raimundo Braga)</b>	2º Vice-Presidência	
04	<b>Des. José Alfredo Cerqueira da Silva</b>	Corregedoria Geral da Justiça	
05	<b>Des. Osvaldo de Almeida Bomfim</b>	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	<b>Des. Nilson Soares Castelo Branco</b>	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	<b>Juíza de Direito Eduarda Lima Vidal</b>	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	
08	<b>Juiz de Direito Fábio Alexandro Costa Bastos</b>	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	<b>Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino</b>	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	<b>Clio Nobre Felix</b>	Chefia de Gabinete da Presidência	
11	<b>Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima</b>	Secretaria-Geral da Presidência	
12	<b>Pedro Lúcio Silva Vivas</b>	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	<b>Fabício Nascimento Ferreira</b>	Secretaria de Administração	
14	<b>Bianca Serra Araújo Henkes</b>	Secretaria Judiciária	
15	<b>Janaina Barreto de Castro</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	<b>Luis Augusto Bahiense Cardoso</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
17	<b>Fernanda Pinto Dantas Braga</b>	Controladoria do Judiciário	
18	<b>Moisés Bisesti de Queiroz</b>	Assessoria de Comunicação	
Nº	Nome de outros representantes convidados:	Representando:	Assinatura
19	<b>Juiz Cláudio Césare Braga Pereira</b>	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
20	<b>Juiz Marcos Lêdo</b>	Juiz Corregedor	
21	<b>Juiz Jonny Maikel</b>	Juiz Corregedor	
22	<b>Adolfo de Souza Ferri</b>	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
23	<b>Alexandro Silva Santos</b>	Diretoria de Planejamento Estratégico	
24	<b>Maurício Góes Dantas</b>	Diretoria de Programação e Orçamento	
25	<b>Maria Cristina Carvalho Cunha</b>	Coordenadora de Projetos e Processos	
26	<b>Yves Christian Bernard Pavetto</b>	Assessor da SEPLAN	

## XI REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XI RAE

27	<b>Pedro de Matos Souza</b>	Assessor da SEPLAN	
28	<b>Tatiany Ramalho</b>	Assessora COJE	
29	<b>Leonardo Oliveira</b>	Assessor COJE	

### 4. Abertura

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, iniciou a **XI Reunião de Análise da Estratégia – XI RAE** dando as boas-vindas aos presentes na primeira reunião do **Comitê de Governança - CGov** por videoconferência, e solicitou prosseguimento para a leitura da ata anterior.

### 5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia fez a leitura resumida da ata da XI RAE, submetendo a aprovação dos presentes, que não manifestaram objeção ao conteúdo lido, ratificando validação da ata.

Em seguida, o Presidente do CGov, Desembargador Des. Lourival de Almeida Trindade, realizou a abertura formal da reunião, parabenizando a todos pelo pioneirismo, entre os tribunais brasileiros, na realização da RAE por videoconferência, em meio à situação pandêmica que estamos vivenciando.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia destacou que a reunião não terá a peculiaridade de discutir as iniciativas a se tornarem projetos estratégicos que foram discutidas na **Reunião de Líderes Avançados (RLA)**, mas, a de apresentar propostas para retomada das atividades após o cenário de pandemia.

### 6. Metas Nacionais/ Indicadores Justiça em Números

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, apresentou gráfico relativo às Metas Nacionais 2019, demonstrando um desempenho não satisfatório do PJBA, com percentuais abaixo da expectativa, à exceção da Meta 1, que obteve o melhor êxito entre todos os Tribunais da Justiça Estadual. Foram exibidos, também, gráficos relativos às Metas 2020 e os Indicadores Justiça em Números, ano-base 2019, bem como as projeções para 2020. Na oportunidade, foram apresentados os novos eixos temáticos do prêmio CNJ de Qualidade 2020.

### 7. Execução Orçamentária

O Secretário Pedro Vivas, exibiu o quadro da dotação orçamentária, que está sendo monitorado diariamente, e enfatizou a queda da arrecadação, com a projeção de um maior déficit no mês de novembro, caso a dinâmica atual se mantenha.

### 8. Indicadores Estratégicos TJBA

Foi realizada pelo Secretário Pedro Vivas uma prestação de contas em relação aos objetivos estratégicos 2015-2020, na qual pode se verificar os indicadores que já tiveram os alvos alcançados, os que foram descontinuados por impossibilidade de monitoramento e os que ainda estão em andamento. A expectativa, de acordo com o Secretário, é que 70% do que foi planejado em 2014 para o sexênio 2015-2020, consiga ser alcançado até o final de 2020.

### 9. Desdobramento/ Orçamento dos novos Macrodesafios

O Secretário Pedro Vivas apresentou aos participantes os Macrodesafios Nacionais do Poder Judiciário aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para o sexênio 2021-2026, e já alinhados ao orçamento do TJBA, referente ao PPA 2020 - 2023. Foi esclarecido a necessidade de desdobramentos desses macrodesafios em cada unidade estratégica do TJBA, por meio da elaboração do Mapa Estratégico de cada área.

Após votação pelos membros do Cgov, ficou estabelecido o prazo final para os desdobramentos até o dia 15 de julho de 2020, a fim de que o PJBA tenha tempo hábil para encaminhar para deliberação no Tribunal Pleno e acompanhar o Planejamento Estratégico Nacional.

### 10. Semana de Sentenças e Baixas

Em virtude do cenário atual de teletrabalho e suspensão do atendimento ao público, foi proposto alteração no formato da próxima Semana de Sentenças e Baixas, que ocorreria sem a necessidade de suspensão de prazos e sem o fechamento das Unidades para atendimento, ocorrendo de forma contínua, nos moldes de uma campanha de sensibilização junto aos magistrados e servidores para a efetivação das baixas. Tal proposição foi

## XI REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XI RAE

aprovada por voto da maioria dos presentes. Em relação ao formato da segunda Semana de Sentenças e Baixas de 2020, os votantes decidiram deixar a deliberação para a próxima RAE, a fim de avaliar o cenário futuro.

### 11. Status dos projetos estratégicos

A Seplan, por intermédio de sua Coordenadora de Projetos e Processos, Cristina Cunha, apresentou o status do portfólio dos projetos estratégicos em andamento e oportunizou aos patrocinadores se manifestarem a respeito de possíveis mudanças nos projetos a serem deliberadas pelo Colegiado.

O Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Luis Bahiense, solicitou retirada do projeto “Transformação digital com uso de novas tecnologias” do Portfólio Estratégico, por entender se tratar de um programa sem escopo definido, além de conter algumas ações que já estão sendo conduzidas pela Setim a nível departamental. O pleito de retirada foi aprovado por maioria dos membros do Cgov presentes na reunião.

Dr. Raimundo Braga pontuou a necessidade de avançarmos na digitalização dos processos do Tribunal, com o intuito de garantir que todos os processos do 2º grau sejam digitais, no menor espaço de tempo possível. Medida esta que auxiliará, sobretudo, o teletrabalho dos desembargadores, que compõem o grupo de risco no cenário de pandemia. De acordo com o juiz, todos os processos originários já são digitais e, apenas, a outra metade restante estaria pendente de digitalização, constituindo um universo bem reduzido.

Dr. Cláudio Césare também sinalizou a demanda de digitalização dos processos do Núcleo de Precatórios, ressaltando a expressa recomendação nesse sentido, realizada pelo CNJ na última inspeção realizada. O juiz afirmou existirem cerca de 15 mil processos físicos circulando na Unidade, o que dificultaria esta administração.

Na oportunidade, Dr. Cláudio Césare, como Presidente do Comitê responsável pela implantação do E-Social no TJBA, enfatizou a necessidade de enfoque nesse projeto, em virtude da geração de sanções pecuniárias nos casos de descumprimento de prazos. De acordo com ele, a multa paga pelo Tribunal corresponderia ao valor de cada servidor não informado.

O juiz Cláudio Césare pontuou, também, a necessidade de estancar o crescimento do SAJ e buscar cumprir o calendário de migração para o PJE. Tais medidas evitariam a dificuldade de migração das atuais ações processuais para o PJE e os custos de manutenção de tantas plataformas processuais do Tribunal.

O Secretário Franco Bahia ressaltou que a Administração está atenta a urgência de digitalização em todo o 2º grau e que já foi editado decreto impedindo a existência de processo híbrido na área cível. No momento, está sendo realizado estudo de ampliação para área criminal. Em relação ao Núcleo de Precatórios, informou estarem trabalhando para conclusão do mapeamento de processo do PJE do Precatório, o que possibilitará a digitalização do acervo.

Em relação ao sistema Populus, o Secretário Luis Bahiense esclareceu que esse projeto foi reavaliado, redesenhado alguns requisitos e apresentado por meio de audiência pública aos fornecedores, que encaminharam diversas contribuições, possibilitando a evolução do projeto.

No que se refere ao “E-Social”, a Secretária de Gestão de Pessoas, Janaina Barreto, informou que o projeto está paralisado por depender da apresentação de novo layout pelo Governo Federal.

No ensejo, o desembargador Nilson Castelo Branco questionou sobre a possibilidade de envio de mídia pelo PJE em processos criminais, no intuito de sanar os atrasos gerados pelo não encaminhamento desses instrumentos junto aos processos físicos. O Secretário Franco Bahia se prontificou a averiguar a viabilidade técnica da proposta existente junto a Diretora de 1º Grau e a área de Tecnologia da Informação.

O juiz Fábio Alessandro, complementando a discussão anterior, relatou a importância não apenas da digitalização do acervo da 2º Vice-Presidência, mas, sobretudo, de encontrar uma forma de se realizar a migração dos recursos para os sistemas do STJ e STF, a fim de dar celeridade a esses encaminhamentos.

### 12. Ações de retomada - Covid 19: propostas encaminhadas

O secretário Pedro Vivas informou que na última Reunião de Líderes Avançados – RLA e Reunião de Programação Orçamentária – RPO, as áreas foram instadas a encaminharem à Seplan sugestões de ações de retomada que fossem possíveis de serem implantadas, considerando uma matriz de cinco critérios, tais como: redução de custo e aumento de arrecadação. Foram encaminhadas à Seplan 26 propostas, das quais foram selecionadas 9 para

## XI REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XI RAE

serem defendidas pelas Unidades para deliberação do Cgov sobre a possibilidade de aplicação imediata. Ressaltou-se que as demais poderão ser retomadas em outro momento, ou ainda vir a se tornar um projeto. Também foi salientado que as iniciativas levantadas no Workshop da Estratégia não serão perdidas, apenas será aguardado um cenário mais propício para apresentação na RAE.

A servidora da Coordenação dos Juizados – Coje, Tatiany Ramalho foi a primeira a defender a proposta, com a apresentação da Campanha “Recolher Legal” que objetiva aumentar a arrecadação não apenas dos sistemas dos Juizados, mas também da Justiça Comum, por meio de ações de orientação, fiscalização, medidas de responsabilização legal, além de aprimorar os sistemas de recolhimento das custas remanescentes.

O secretário Franco Bahia enfatizou a preocupação em torno do recolhimento de custas e sugeriu a ampliação do projeto para todas as Unidades de 1º Grau, tendo em vista o grande problema existente no que se refere à deficiência no recolhimento de custas. Complementando a temática discutida, Dr. Fábio Alexandro informou sobre a existência de grupos de trabalho com os juízes que estão sendo formados para saneamento, o que acarretará incremento da arrecadação. Após votação, a iniciativa foi aprovada pela maioria dos votantes para início da execução a partir do presente momento.

A iniciativa seguinte “Inovações Tecnológicas” da Coje, foi defendida pelo servidor Leonardo Ribeiro e visa a criação do aplicativo “PJBA Intimações” para recebimento de citações e intimações eletrônicas com o intuito de reduzir custos, promover a celeridade processual, bem como facilitar o acesso à justiça.

Dando continuidade às exposições, o servidor da Coje apresentou a iniciativa “Negociação Virtual no Sistema Projudi” que objetiva a criação de um fluxo de negociação virtual, com a possibilidade de autocomposição entre as partes, o que promoveria uma diminuição do número de ações em tramitação, em virtude dos acordos extrajudiciais realizados.

Na sequência, Leonardo Ribeiro apresentou as iniciativas “DAJE unificado para o preparo recursal e pagamento das custas processuais” visando a criação, no sistema Projudi, de um assistente de geração de DAJE unificado para o preparo recursal e pagamento das custas processuais; e “Julgamento Processual por Tema” com o objetivo de criar, nos sistemas Projudi e PJE, funcionalidade que permita a busca de processos por palavra-chave, o que possibilitará a realização de julgamento em lote por tema, aumentando a celeridade do andamento processual.

A Coje também realizou a defesa da iniciativa “Automação de Atividades Cartorárias com uso de Robôs” que tem o propósito de implantar robôs especializados em tarefas cartorárias repetitivas nos Juizados e Turmas Recursais, a fim de aumentar a produtividade das unidades judiciárias. E para finalizar, realizou a exposição da iniciativa “Aplicação de Inteligência Artificial para Sugestão de Atos Judiciais” que tem a finalidade de implantar modelos de Inteligência Artificial nos sistemas PJE e Projudi para auxiliar magistrados no julgamento de ações repetitivas, aumentando a sua produtividade e consequente celeridade no julgamento processual.

Após exposição destas iniciativas, o Secretário Luis Bahiense expôs preocupação referente à questão orçamentária e solicitou esclarecimento a respeito da origem dos recursos que seriam utilizados para a realização de tais ações.

Dr. Fábio Alexandro solicitou que as votações considerassem a aplicação das inovações tecnológicas apresentadas também para as diversas varas, Cejuscs e Nupemec, respeitando a dotação orçamentária estabelecida. Pontuação ratificada pela Drª Bianca Henkes que pleiteou a expansão dos projetos para o 1º grau e Cejuscs.

Elucidando o questionamento anterior, Drª Fabiana Pellegrino afirmou que os robôs foram desenvolvidos pela Coje sem geração de custos. Em relação às demais iniciativas, a juíza esclareceu que as iniciativas possuem custos que variam entre 130 a 250 pontos de função (equivalente a 400 reais), o que significaria custo estimado de 100 mil reais para geração de uma economia de 30 milhões. Ponderando que o custo-benefício deve ser avaliado em termos de geração de economia.

Dr. Cláudio César solicitou esclarecimentos em relação à manutenção do Projudi com a expansão do PJE, bem como sobre qual seria a Unidade responsável pelo acompanhamento dos projetos apresentados pela Coje, salientando preocupação no tocante a possíveis retrabalhos. Dra Fabiana afirmou que o responsável pela execução de determinadas ações apresentadas seria a Setim, cabendo a Coje o papel de desenvolvedor. Pontuou, também, que tais iniciativas não se restringiriam ao sistema dos Juizados, alcançando tanto Projudi quanto PJE, e atenderia a toda justiça de 1º grau.

Encerradas as manifestações em torno das iniciativas apresentadas, os membros do Cgov decidiram em votação que as propostas da Coje seriam avaliadas individualmente.

A primeira iniciativa votada “Citação e Intimação Eletrônicas de Parte Pessoa Física Via Dispositivos Móveis” por conta da equivalência no número de votos, foi desempatada pelo Presidente Lourival Trindade que, por preocupação com a disponibilidade de recursos orçamentários, optou pela não aprovação da iniciativa para execução, podendo ser reavaliada em outro momento.

## XI REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XI RAE

As ações “Negociação Virtual no Sistema Projudi”, “DAJE unificado para o preparo recursal e pagamento das custas processuais”, “Julgamento processual por tema”, e “Aplicação de Inteligência Artificial para Sugestão de Atos Judiciais” foram aprovadas por maioria dos membros do Comitê de Governança.

A iniciativa “Automação da atividade cartorária com o uso de robôs” não recebeu o número de votos suficientes para monitoramento pelo Comitê de Governança, não impedindo sua execução pela Unidade responsável.

A diretora de 1º grau, Thais Felippi apresentou a iniciativa “Consolidação da Rede de Governança Colaborativa Regional” que busca descentralizar o planejamento e a execução da estratégia do PJBA, aproximando a administração e as unidades judiciária. Por votação, a maioria dos membros decidiu pelo monitoramento dessa ação pelo Cgov.

Dando seguimento, a diretora realizou a apresentação da iniciativa “Cumprimento das Metas Nacionais de Desempenho nas Unidades Judiciais do 1º Grau” que objetiva implementar ações para o cumprimento das metas de desempenho do CNJ, nas unidades judiciárias do 1º grau do PJBA, até dezembro de 2020. A iniciativa também foi aprovada por maior número dos participantes com direito a voto.

A Secretária da Sejud, Bianca Henkes realizou a exposição da última ação da Unidade “Migração de Processos do SAJ para PJE”, que tem por finalidade a migração de 100% dos processos do SAJ para PJE, transformando-o em sistema judicial único do PJBA, até dezembro de 2021. Ao final da exposição, o secretário Franco Bahia realizou questionamento para averiguar se o projeto abarcaria também a migração do Projudi ou se limitaria a migração SAJ para PJE. A diretora Thais Filippi esclareceu que o projeto piloto seria realizado apenas com o escopo SAJ/PJE, mas tão logo haja a expansão do PJE para os Juizados Especiais é possível que o projeto contemple essas Unidades. A iniciativa obteve maioria dos votos e foi aprovada pelo Comitê.

Pedro Vivas realizou defesa da proposta “Finalizar o processo de atualização do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia”, que tem como propósito revisar e atualizar o Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares, com provimento das novas entregas de processos institucionais necessários à composição de uma cadeia de valor plena ao atendimento dos novos cenários sociais. A iniciativa foi aprovada por maior número dos votantes.

A ação seguinte “Implantação do Gerenciamento Matricial de Despesas – GMD”, apresentada pelo secretário Franco Bahia, visa implantar a Gestão Matricial de Despesas - GMD com dados atualizados das despesas de todas as unidades do PJBA até setembro de 2020. A ação obteve maioria dos votos favoráveis para monitoramento pelo Cgov.

Luis Bahiense expôs a iniciativa “Racionalização dos Recursos de Tecnologia da Informação” que tem o objetivo de definir regras para concessão de notebooks, linhas móveis com aparelho celular, modems de internet e cotas de impressão, e foi aprovada por votação dos membros presentes.

A sugestão de Teletrabalho foi encaminhada por três diferentes Unidades, mas ficou a cargo da Segesp realizar sua defesa, por dispor de informações mais detalhadas. A proposta prevê autorização para até 30% (trinta por cento) dos servidores do PJBA atuarem em regime de teletrabalho até o final do segundo semestre de 2020. Esta iniciativa obteve aprovação da maior parte dos votantes.

A última proposta “Mutirão de cobrança” foi defendida pelo Dr. Adolfo Ferri, do Núcleo de Arrecadação e Fiscalização – NAF. A ação objetiva realizar mutirão temporário de cobrança de custas judiciais, a fim de realizar 30 mil notificações, no período de 8 meses.

Franco Bahia ponderou que a ação mais apropriada não seria mutirão, e sim uma reestruturação ou fortalecimento da Central de Custas, em virtude do extenso prazo estabelecido. Dr. Cláudio Césare pontuou a necessidade de tratamento dos 60 mil processos pendentes, no intuito de melhorar o problema da arrecadação, bem como efetivar uma reestruturação do sistema de cobrança de custas em todo o Tribunal de Justiça, enfatizando também o papel da Unicorp na instrumentalização e treinamento dos servidores para a efetiva cobrança das custas.

A proposta do NAF foi aprovada por maior parte dos votos, e Pedro Vivas reiterou a disponibilidade do EPPE para auxiliar as Unidades na aplicação da metodologia de projetos e processos.

### 13. O que ocorrer

No momento extrapauta, foi dada oportunidade para que os presentes pudessem se manifestar sobre alguma temática relacionada à estratégia.

O juiz Jonny Maikel, representando o Des. Osvaldo Bomfim solicitou a inclusão de dois projetos em virtude do novo cenário: inspeção pela Corregedoria por videoconferência, sem adição de custos ao Tribunal e o segundo, a adoção do PJeCor, com vista a cumprir Resolução 185 do CNJ, que determina sua implementação. Dr. Marcos Ledo complementou que a proposta fosse ampliada para a implementação do PJeCor em todo Tribunal. As propostas foram aprovadas pela maioria dos membros presentes.

## XI REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XI RAE

---

Pedro Vivas lembrou que todas as ações devem ser efetivadas no âmbito da Unidade que realizou a proposta, por meio do seu Escritório Departamental, cabendo ao EPPE o acompanhamento dos resultados e encaminhamento para discussão nas RAEs.

### 14. Agendamento Próxima RAE

Finalizando o rito da reunião, houve votação da data da próxima RAE, sugerida para o dia 14 de julho de 2020. De acordo com Pedro Vivas, a proposta de redução do intervalo até a próxima reunião se deve tanto à dinâmica do atual cenário, fazendo-se necessário maior acompanhamento da efetividade das ações aprovadas, quanto à possibilidade de dar tratamento as deliberações pendentes, a exemplo do agendamento da segunda Semana de Sentenças e Baixas. Após votação, o agendamento foi aprovado para o dia 14 de julho de 2020.

### 15. Encerramento

O Secretário Franco Bahia realizou encerramento da reunião, agradecendo o empenho de todos e a produtividade nas cinco horas de reunião.